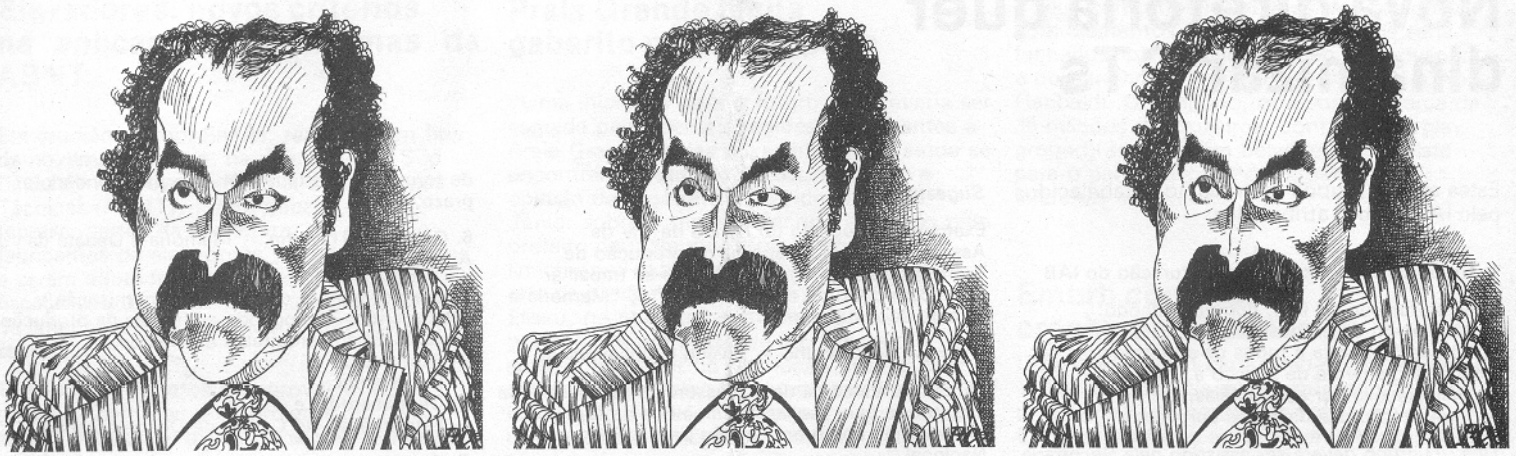
Nº 67
Dez/Jan 80

Jornal ARQUITETO/SP



César Bergstrom propõe mudanças no discurso de posse da Diretoria

Tomou posse na noite de 20 de dezembro último a nova Diretoria do IAB/SP. Abrindo a solenidade, falou Paulo Bastos, vice-presidente da gestão que se despedia.

Lembrou em seu discurso os dois anos em que o país e a categoria sofreram profundas modificações e do trabalho feito pela Diretoria de Pedro Taddei na busca de um melhor encaminhamento para os problemas dos arquitetos e do Instituto enquanto entidade de classe. Ao desejar votos de sucesso à nova Diretoria, Bastos disse esperar que ela tenha condições de aglutinar as potencialidades da categoria no sentido de orientar a política da IAB.

César Bergstrom Lourenço iniciou seu discurso dizendo ter consciência de que "a tarefa será das mais árduas e extenuantes, tendo em vista a problemática nacional e da categoria. Conseguimos durante o processo eleitoral reunir os mais dedicados profissionais do IAB, de modo que não estou assumindo a tarefa sozinho".

Voltando a falar do processo eleitoral, César considerou-o "talvez o mais vibrante na história do Instituto. Saber que todo esse pessoal, que se mobilizou quando das eleições, continuará trabalhando e dialogando conosco em nossa gestão é muito animador". Destacou a presença de Flávio Gordon e Perroni dizendo alegrar-se muito por este gesto.

Prosseguindo, afirmou que o "Instituto é toda a categoria e não apenas uma Diretoria. Os não sócios serão motivo de atenção, estamos dispostos a iniciar com eles um diálogo e trazê-los para cá".

Sobre as mudanças pretendidas por sua Diretoria, César começou por informar que a reforma do Estatuto do IAB/SP deverá ter seu estudo preliminar já pronto para debate em Assembléia dentro de quatro meses. "Procuramos também estabelecer desde já o Conselho Deliberativo composto pelo Conselho Superior, Conselho Fiscal, Suplentes do Conselho Superior, presidentes de Núcleos, representantes do IAB em órgãos e entidades, coordenadores de GTs.

As reuniões do Conselho Deliberativo serão mensais."

Haverá ainda o Grupo Executivo composto pelo presidente, 2º vice, 3º vice; secretário-geral, 1º e 2º tesoureiros. Serão constituídos dez Grupos de Trabalho com as tarefas de: (1). Reestruturação do IAB: (2) Atuação Profissional; (3) Ensino e Universidade; (4) Mercado de Trabalho; (5) Ampliação do Quadro Social; (6) Memória e Debate da Produção dos Arquitetos; (7) Problemas da Cidade e Habitação; (8! Patrimônio da Comunidade; (9) Bowncentro e Catálogo da Construção (ver box).

César Bergstrom finalizou enfatizando que a política do IAB se calcará em "posições mais agressivas e objetivas na luta pela democracia e superação do modelo econômico vigente no país. Declaro também nossa disposição de trabalhar em conjunto com o Sindicato de Arquitetos, a ABEA, a Associação Brasileira de Planejamento, e com as associações de bairro a fim de enfrentar os problemas em frente ampla, forma mais eficaz de tratar os problemas, como mostrou a atuação desenvolvida pelo CBA e a luta conjunta levada recentemente contra a instalação do aeroporto em Caucaia. E tudo isso não será possível sem a ampla participação da categoria, única maneira de atingir nossos objetivos, para que o IAB seja atuante ao lado do nosso povo".

Arquitetos querem ampliar mercado de trabalho no interior

Quais as principais dificuldades, possibilidades atuais e as perspectivas do exercício profissional do arquiteto nas cidades do interior? O Jornal Arquiteto inicia neste número, com um debate entre profissionais de Campinas, uma série de matérias em que pretende traçar um diagnóstico, tão amplo quanto possível, sobre a atuação do arquiteto não só nas grandes cidades do interior mas também nas cidades de porte médio para pequeno. Pags 7,8 e 9.

Nova diretoria quer dinamizar GTs

Estes são os grupos de trabalho estabelecidos pelo IAB, e suas atribuições:

1. Grupo de Trabalho — Reestruturação do IAB

"Reestruturação do IAB, compreendendo:
— Montagem de proposições;
— Discussão aberta a todos os arquitetos, independentemente de filiação à entidade;
— Deliberações por assembléias;
— Implantação das diretrizes aprovadas."

Obs.: O grupo deverá ser assistido pela Secretaria no levantamento de proposições anteriores, e pela Assessoria Jurídica.

"1. Convocação dentro do prazo de 120 dias, contados a partir da posse da Diretoria, de uma Assembléia Geral extraordinária para a reformulação dos estatutos, organizando, em seu conteúdo, novos mecanismos de participação e representação e que também regulamente a situação dos Núcleos. Com a criação de um Conselho Deliberativo de composição ampla, da qual participem representantes dos Núcleos, membros da Diretoria e conselheiros eleitos, com atribuição de estabelecer as diretrizes de ação para a Diretoria e demais órgãos da Entidade, bem como acionar Comissões Permanentes de Trabalho compostas por arquitetos e eventualmente com a participação de representantes de outras categorias profissionais e de organizações representativas da população como Sindicato de Trabalhadores, Comunidades de Base, Organizações de Bairro, engajadas nas questões onde nossa prática seja exijida."

2. Grupo de Trabalho — Atuação Profissional

Objetivos Programáticos

"Discussões dirigidas para áreas representativas do exercício da atividade profissional dos arquitetos:
— Assalariados de empresas estatais e mistas;
— Assalariados de empresas de consultoria;
— Assalariados de empresas privadas;
— Funcionários e assalariados de prefeituras;
— Professores;
— Autônomos e Escritórios;
— Funcionários públicos do Estado e União.

Fórum de debates sobre a recente revogação do Ato 6 pela Resolução 30 do CREA/SP.

Seminário de estudo sobre formas de legislação e regulamentação da prática profissional com vistas a instrumentalizar a luta dos arquitetos pela conquista de sua participação na produção de seu habitat."

Sugestões

Examinar a Proposta do Fundo de 1% de Assistência Técnica; análise da produção de Profissionais Empregados. Sugere-se trabalhar junto com o Grupo de Trabalho nº 6, "Memória e Debate da Arquitetura".

3. Grupo de Trabalho — Ensino e Universidade

"Encontro Estadual de professores e estudantes de arquitetura para avaliar os caminhos da formação profissional, como preparação para o Encontro Nacional."

Sugestões

Ligação com ABEA e Sindicato — Abertura de novas escolas —; ligação com o Grupo de Trabalho nº 5, "Ampliação do Quadro Social".

4. Grupo de Trabalho — Mercado de Trabalho

Objetivos programáticos

"Realização ao longo de toda a gestão de levantamento preciso do quadro real das condições de trabalho dos arquitetos paulistas, promovendo debate sobre meios que possibilitem a superação dos entraves à plena participação profissional de nossa categoria.

Fórum sobre mercado de trabalho e questões de emprego, subemprego e desemprego, como forma de subsidiar a política profissional da entidade."

Sugestões

Cadastramento único dos Profissionais Liberais/Autônomos; bolsa de emprego: (a) montagem de sistema objetivo sobre emprego, desemprego e níveis salariais, (b) arquitetos estagiários, e (c) encaminhar o trabalho junto com o sindicato; revisão/atualização da Tabela de Honorários do IAB; trabalho conjunto com ABEA e Sindicato; anuário dos arquitetos paulistas/Ligação com GT 6; caderno de procedimentos, e censo.

5. Grupo de Trabalho — Ampliação do Quadro Social

"Fórum de arquitetos não associados do IAB."

Sugestões

Visitas e organização de palestras nas escolas. Verificação do contato com o CREA; visitas às empresas; carta-convite com histórico do IAB/procedimentos para ingressar no IAB; festas de formaturas; estabelecimento de calendário e prazo.

6. Grupo de Trabalho — Memória e Debate da Arquitetura

"Desenvolvimento de linha de comunicação e debate crítico abrangendo as formas de produção profissional dos arquitetos através de:
— Exposições;
— Publicações;
— Depoimentos; e
— Estruturação do Centro de Documentação."

Sugestões

Análise da produção de Profissionais empregados. Sugere-se trabalhar junto com o GT 2, "Atuação Profissional"; examinar a montagem de uma Livraria de Arquitetura no IAB; elaboração de um folheto com a História do IAB. Relação com GT 5, "Ampliação dos Novos Sócios".

7. Grupo de Trabalho — Problemas da Cidade e Habitação

Objetivos programáticos

"Dinamização de Comissões de Estudo e Grupos de Trabalho, para análise e posicionamento do IAB, quanto a questões como:
— Política de assentamentos humanos;
— Política de habitação;
— Investimentos públicos em infra-estrutura;
— Defesa de tecnologia nacional."

Sugestões

Exame do problema da nova Capital; estabelecimento de uma Política sobre Autonomia Municipal; acompanhamento das Políticas de Investimento do Estado; estabelecer contato com o CEBES e Comissão de Justiça e Paz.

8. Grupo de Trabalho — Patrimônio da Comunidade

Sugestões

Ligação com IPHAN — CONDEPHAAT; ligação com Associação de Defesa do Patrimônio da Comunidade.

9. Grupo de Trabalho — Bowncentro e Catálogo Brasileiro da Construção

Sugestões

Estudar a viabilidade dos dois empreendimentos.

ARQUITETO/SP

Ano IX — N-º 67
Dez 79/Jan 80

ARQUITETO publicação do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, Instituto de Arquitetos do Brasil — Departamento de São Paulo e Projeto Editores Associados Ltda. As matérias publicadas não refletem obrigatoriamente o ponto de vista das entidades.

Editado por Projeto Editores Associados Ltda. Redação, Publicidade e Administração, Rua Herculano de Freitas 249 - tel. 259-7919, CEP 01308 — São Paulo, distribuição gratuita a todos os sócios do IAB/SP e SASP.
ASSINATURA ANUAL: Cr$ 150,00.

SASP

Presidente: Jon Andoni Vergareche Maitrejean; Vice-presidente: Lúcio Gomes Machado; Diretor-secretário: Celso Júlio; 1º Tesoureiro: Idal Feferbaum; 2º Tesoureiro; João Clodomiro Browne de Abreu; Diretora: Maria Giselda Cardoso Visconti; Diretores Suplentes: Carlos Alberto Tauil, Nelson Trezza, Paulo Celso Del Picchia, Therezinha Banevicius, Olair Falcirolli de Camillo, Gil Mendes Coelho e Melo; Conselho Fiscal: Ricardo Chaim, Teru Tamaki, Sergio Teperman, Zelma Cincotto, Moto Tsubouchi, Luiz Cláudio Villares (Suplentes); Delegados Representantes: Alfredo S. Paesani, Geraldo Vespaziano Puntoni; William Munford, Jorge Osvaldo Caron (Suplentes).

IAB-SP

Presidente: César Bérgstrom Lourenço; 1º Vice-presidente: Araken Martinho; 2º Vice: Sergio Zaratin; 3º Vice: Ubirajara P. Fontes; Secretário Geral: Christina de Castro Mello; 2º Secretário: Neyde A. Jorppert Cabral; 1º Tesoureiro: José Eduardo Tibiriçá; 2º Tesoureiro: Cleber J. Bonetti Machado; Diretores: Antonio Carlos Carneiro; José de Almeida Pinto, Roberto Saruê, Joan Villa, Helena Ayoub Silva, Sergio Luiz Bianco; Conselho Fiscal: Ernesto Theodor Walter, Henrique Bianchini Filho, José Sales Costa Filho; Conselho Superior: José Carlos Ribeiro de Almeida, Renato Nunes, Ruy Gama, Paulo Bastos, Pedro Taddei Neto, Jon Maitrejean; Suplentes: Ubirajara Gilioli, Eurico Prado Lopes, Marta Tanaka, Walter Maffei; Vitalícios: Fábio Penteado, Ícaro de Castro Mello e Eduardo Kneese de Melo.

Jornal ARQUITETO

Editor: Vicente Wissenbach; Diretor Responsável: Fábio Penteado; Publicidade: Luiz Carlos Onaga, Adail R. Motta, Rita de Castro Sobral (assistente); Diretor Adjunto: arq. Sérgio Teperman; Comissão Editorial: Lúcio Gomes Machado, Pedro Taddei Neto, Abraão Sanovics; Editoria: Silvia Penteado, Hosana Pedroso, Valéria Salles, Paulo Caruso (ilustrações); Fotolitos: Ponto; Composição: Ed. Jorn. Gazeta Mercantil; Impressão: Poligráfica Ltda.; Produção: Projeto Editores Associados Ltda.

Elevadores: novos critérios na aplicação das normas da ABNT

Em reunião extraordinária, realizada em fins de novembro último, na delegacia de São Paulo da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), foram debatidos por representantes da prefeitura, da ABNT e fabricantes de elevadores, os novos critérios a serem adotados pela prefeitura em sua fiscalização de elevadores, já a partir do mês de janeiro de 1980. Os novos critérios são os seguintes:

1. Todos os projetos de aprovação de edifícios, bem como os projetos de modificações que afetem a parte referente à instalação de elevadores, cujo processo der entrada na PMSP a partir de 1º-01-80, deverão atender obrigatoriamente às exigências das normas NB-30-1978 e NB-596-1978.

2. Para os processos novos, ou de modificação, ou em andamento, que deram entrada até 31-12-79, em fase de aprovação, ou para o caso daqueles já aprovados (mas não iniciados) e não caducados, prevalecem as determinações da NB-30-1963.

Nota: É facultativa, para esses processos, a adoção parcial ou integral das normas NB-30-1978 e NB-596-1978.

3. Para as edificações em construção, não sujeitas a modificações, prevalece a norma NB-30-1963.

4. Para as edificações em construção, sujeitas a modificações que afetem a parte referente à instalação de elevadores, cujos processos derem entrada na PMSP a partir de 1º-01-80, deverão atender obrigatoriamente às exigências das normas NB-30-1978 e NB-596-1978.

5. Para as edificações em construção, sujeitas a modificações que afetem a parte referente à instalação de elevadores, cujos processos encontram-se em tramitação na PMSP, e para os que deram entrada até 31-12-79, prevalece a norma NB-30-1963.

Nota: É facultativa, para as mesmas, a adoção parcial ou integral das normas NB-30-1978 e NB-596-1978.

6. Para os casos não previstos nos itens anteriores ou para aqueles de vencimento de alvarás, ou em regularização, prevalecem os critérios acima adotados.

Praia Grande limita gabarito na orla da praia

"Uma iniciativa para o futuro que deveria ser seguida pelas demais regiões semelhantes à Praia Grande, cujas faixas litorâneas ainda se encontram em imício de ocupação" é a opinião do arquiteto Eliseu de Andrade Júnior sobre o recente decreto assinado pelo prefeito daquele município, Loria Júnior, limitando o gabarito máximo de prédios na orla da praia a quatro pavimentos. Segundo Eliseu, no entanto, a concessão, pelo prefeito, de um prazo de 90 dias para a entrada em vigor da legislação poderá criar um grave problema, comprometendo inclusive o decreto. "Esse prazo provocará uma verdadeira corrida à administração municipal para a aprovação de projetos de prédios na orla da praia, com gabaritos superiores, antes que o decreto entre em vigor."

Campinas poderá ser nova Região Metropolitana

Já se encontra na Comissão Mista do Congresso Nacional, para deliberação e aprovação em plenário, o projeto de lei complementar que visa à criação da Região Metropolitana de Campinas, de autoria do deputado federal Carlos Nélson Bueno (MDB-SP). Segundo o deputado, as perspectivas são bastante otimistas pois o projeto tem encontrado acolhida nas comissões técnicas da Câmara Federal. De acordo com os relatórios dessas comissões, os objetivos propostos ressaltam como pontos prioritários, que conduzem à procedência do projeto, o crescimento populacional e industrial, determinando a deterioração da qualidade de vida da população.

Esplanada do Carmo será inaugurada em breve

A Esplanada do Carmo, conhecida por alguns como "nova praça Clóvis", será inaugurada pelo prefeito ainda neste primeiro trimestre, segundo informações da Emurb, responsável pela obra, sob contrato com a Sehab. Situada ao lado da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em frente à antiga sede do jornal Diário Popular, a esplanada, devido a seus contornos irregulares, foi composta com elementos circulares e espaços semi-fechados, para isolar o núcleo do movimento e do barulho do tráfego intenso da rua Anita Garibaldi. O conjunto, que custará cerca de 35 milhões de cruzeiros, contará com play-ground, árvores, um belvedere com vista para o parque Dom Pedro, sanitários, telefones e bancos.

Emurb constrói creche em Santana

Uma creche com capacidade para atender de 120 a 150 crianças está sendo construída pela Emurb, na confluência da avenida Cruzeiro do Sul e a rua Alferes Magalhães, quadra 46, em Santana. A creche terá dois pavimentos, distribuídos por 805 metros quadrados de construção, num terreno de 1.405 metros quadrados e custará cerca de 5,76 milhões de cruzeiros. O projeto prevê um berçário para 50 crianças, uma unidade sócio-educativa, um lactário, saleta para troca de bebês, solário, enfermaria, sanitários, mini-banheiras especiais para crianças, play-ground, administração, consultório pediátrico, cozinha, refeitório e estacionamento.

É preciso preservar a casa de Flávio de Carvalho

Flávio de Carvalho, conhecido por sua obra plástica, por seus livros, por ter "andado de saias", por seu excentrismo aristocrático e por sua casa, a sede da Fazenda Capuava, em Valinhos. Depois de sua morte, em 1973, o artista J. Toledo, amigo pessoal de Flávio, empenhou-se numa campanha pelo tombamento e recuperação da casa mas até agora não obteve nenhum sucesso. Seu mais recente encaminhamento do problema começou em setembro com o lançamento a nível nacional do "Manifesto de J. Toledo" que já resultou em cerca de duas mil assinaturas pedindo o tombamento do patrimônio de Flávio.

A história da mansão onde viveu o artista começa em 1929. Na época, Flávio de Carvalho era um récem-formado engenheiro, nas escolas da Inglaterra, e começava a projetar no país, tendo, inclusive, dividido em Warchavchik a introdução da arquitetura aqui. A casa da fazenda, projetada por Flávic em 1929, só começa a ser construída em 1931 ficando pronta cinco anos mais tarde.

Lá viveu toda sua vida, um local tranqüilo onde podia trabalhar sem grandes incômodos. Há até um mastro e uma bandeira em frente à mansão que servia para anunciar se o artista queria ou não receber visitas. Com sua morte, não foi encontrado testamento, apesar do Jornal do Brasil, ao noticiar sua morte, afirmar, segundo J. Toledo, que haveria dois testamentos, um substituindo o outro. O problema da casa começa aí. A ausência de testamento acabou por deixar os bens de Flávio de Carvalho a um tio, Custódio Ribeiro de Carvalho. A casa foi ocupada por membros da família que "estão descaracterizando tudo: as árvores ao redor da casa estão sendo derrubadas, colocaram TV a cores, mesa de bilhar, retiraram toda a prataria e quadros valiosos dos ambientes internos" — diz J. Toledo. Além disso, não permitem a entrada de ninguém na propriedade, inclusive da imprensa. Agora, devem construir uma pequena moradia ao lado da mansão, "o que irá prejudicar profundamente" a obra inicial.

ESFERA
COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA,
CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS
PISCINAS ARGAMASSA ARMADA
Rua Alvarenga, 2.227 - CEP 05509
fones: 210-7102/210-1605 SÃO PAULO-SP

Alterações na lei de Zoneamento: ainda em estudo

No final de outubro passado, embora considerando grande parte das modificações propostas "perfeitamente aceitáveis", o prefeito de São Paulo, Reynaldo de Barros, acabou vetando, integralmente, um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, que alterava normas de zoneamento da cidade. No mesmo ato, o prefeito criava uma comissão especial para Estudo das Questões do Zoneamento do Município, que deveria examinar as propostas de alteração contidas no projeto e se manifestar sobre elas, com base nos estudos da Cogep, Sehab, SAR e outros órgãos da prefeitura.

Essa comissão, formada por representantes do IAB, IE, Instituto Brasileiro de Planejamento, Sindicato de Compra e Venda de Imóveis, Federações do Comércio e da Indústria de São Paulo, Associação Comercial, Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura, Sociedades Amigos de Bairro e Amigos da Cidade, além do coordenador da Cogep, Candido Malta Campos e os secretários da Habitação, Desenvolvimento Urbano, Vias Públicas e Transportes, ainda está estudando o projeto, tendo enviado apenas parte de suas conclusões ao prefeito.

De posse da conclusão final dessa comissão, o prefeito pretende reunir todas as modificações num único pacote para enviar à Câmara, juntamente com uma proposta de unificação das diversas legislações em vigor que dizem respeito ao zoneamento, algumas até mesmo conflitantes, elaborada pela mesma comissão. "Hoje, explicou o prefeito, sei por que a Sehab tem problemas na aprovação de plantas, gerando, às vezes, até corrupção. Há uma pilha de cerca de 30 centímetros de leis que somos obrigados a consultar antes da aprovação de cada planta. Isto não pode continuar." Na época, o projeto de lei aprovado pela Câmara foi duramente criticado por vários segmentos da sociedade, entre os quais o IAB e o IE, não só pelas visíveis intenções de favorecer interesses particulares mas também por ter sido feita à revelia de opinião técnica. O projeto previa, inclusive, uma redução de competência da Comissão de Zoneamento na sistemática de exame e aprovação de novos perímetros e zonas de uso. Por isso, o veto do prefeito foi ocnsiderado uma vitória desses segmentos que haviam se manifestado veementemente contra o projeto. O IAB e o IE, por exemplo, divulgaram na oportunidade uma nota conjunta que denunciava, entre outras coisas, o fato do projeto defender interesses de grupo em detrimento da coletividade. "Há no projeto, dizia o documento, mais de 20 quadras isoladas cujo índice é dobrado, ou quadruplicado, e inúmeras frações de uso, ao longo dos corredores de tráfego, que serão oficializadas, colocando sob a proteção da lei o abuso e utilização ilegal do imóvel."

Hoje, no entanto, embora a comissão não tenha terminado seus estudos, parece ponto pacífico a criação do corredor de serviço na rua Colômbia e Europa, que vinha dividindo os moradores do local. No início de janeiro, o prefeito se definiu por sua instalação, anunciando ainda a permissão para construção de edifícios de até quatro andares.

Cadernos Brasileiros de Arquitetura. De três em três meses, um novo documento constrói a história da arquitetura brasileira.

Pedidos de assinatura:
Rua Herculano de Freitas, 249
CEP 01308 - São Paulo
Tels.: (011) 259-7919 - 257-4414

As perspectivas de trabalho do SASP para 1980

O fato político de 1980 no Sindicato de Arquitetos do Estado de São Paulo será as eleições para a nova Diretoria que se realizam em novembro. Pela legislação vigente, o processo eleitoral deve iniciar-se já em junho, o que, segundo Jon Maitrejean, atual presidente do SASP, "possibilitará um amplo debate dentro da categoria sobre o destino da entidade". No ano que passou pode-se dizer que ainda foi muito restrita a participação do arquiteto em seu Sindicato. Espera-se que, com as eleições e a possibilidade de apresentação de mais de uma chapa, venha a se ter uma maior mobilização dos profissionais em torno de seus interesses específicos representados pela entidade.

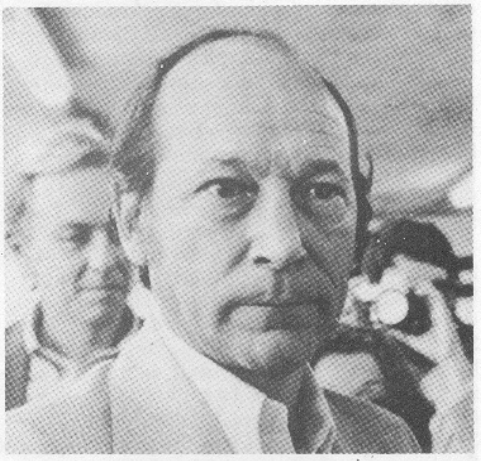
A atuação da Diretoria do SASP em 79 deu-se, principalmente, no sentido burocrático e administrativo. "Vamos entregar o Sindicato completamente montado" — diz Maitrejean. "Financeiramente foi possível mantê-lo estável mas percebemos que para levá-lo à frente é preciso promover uma série de atividades paralelas com dupla função: a de interessar profissionalmente os arquitetos e também arrecadar fundos. Uma proposta que realizaremos com frequência será a promoção de cursos que cobre essa dupla função". Para este novo ano, o SASP preparou um sistema de pagamento de mensalidades através de carnês, em quatro prestações e com desconto para os que pagarem com antecipação. "Este ano estamos enviando junto com o CREA o pagamento do imposto sindical. Há uma fuga significativa de recursos no que se refere ao I.S. porque muitos arquitetos pagam para outros sindicatos, como o de Engenheiros."

Limites

Os problemas trabalhistas da categoria puderam ser encaminhados durante o ano na medida em que eram apresentados ao Sindicato e dentro do que lhe permite a legislação e a estrutura sindical existente. O mesmo não se deu, porém, num âmbito mais amplo. A intervenção do SASP nos movimentos trabalhistas realizados por outras categorias foi mínima. Maitrejean explica que o fato do Sindicato de Arquitetos não ter assumido as lutas dos trabalhadores em geral justifica-se conceitualmente: "Tomamos esta ou aquela atitude muito em função das condições do momento pois achamos que para um Sindicato de profissionais liberais há limites de atuação. Não estabelecemos oficialmente esses limites mas para cada caso seguimos as condições do momento".

Por outro lado, não há como se saber se a categoria aprova ou não esse distanciamento do seu sindicato das lutas gerais dos trabalhadores. Ela ainda não está presente, cobrando de sua direção atitudes políticas que reflitam seu pensamento. Isto, segundo o presidente do SASP, é fruto ainda da indefinição da própria entidade quanto ao seu caráter representativo, se de profissionais liberais, assalariados, ou de pequenos e médios patrões. Um exemplo dessa situação foi a fraca participação da categoria em reuniões chamadas pelo Sindicato para discutir Cooperativa e CLT durante o ano. "É urgente para o SASP conhecer a partir de dados reais a categoria dos arquitetos." Maitrejean diz que em 1980 serão dispendidos esforços numa pesquisa de porte que revelará o campo de trabalho dos arquitetos em São Paulo; quem trabalha onde e como; o que pensa e quais as expectativas da categoria. "Com esses dados, o SASP poderá agir mais corretamente, refletir a realidade dos arquitetos e intervir, não a partir de opiniões da Diretoria, mas, sim, da categoria. Assim, será possível ao Sindicato traçar uma linha política mais conseqüente."

Outro tema que Maitrejean espera ver abordado pelos associados é o mercado de trabalho x escolas de arquitetura. "Sempre fomos a favor do crescimento do número de profissionais" — afirma ele — "mas o atual número de novas escolas passa a nos preocupar em função do mercado de trabalho exíguo." A discussão que deverá ser encaminhada pelo Sindicato de



Arquitetos neste ano considerará questões como o nível da qualidade de ensino; o aumento de profissionais e como ligá-los ao mercado de trabalho e a distribuição dos projetos pelo Estado.

ELEIÇÕES DA FEDERAÇÃO NACIONAL DE ARQUITETOS

Tendo sido publicada no Diário Oficial da União a Carta Sindical da Federação, assinada pelo Senhor Ministro, no último dia 3/1, as eleições serão realizadas em abril, conforme Edital também publicado no DOU.

"FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS"

Rua Avanhandava, 126 — 11º andar — São Paulo — SP

AVISO

Será realizada eleição nos dias 11 e 12 de abril de 1980, na sede desta Entidade, para composição da Diretoria e Conselho Fiscal, devendo o registro de chapas ser apresentado à Secretaria, no horário de 9 às 18 horas, no período de 20 (vinte) dias a contar da publicação deste Aviso. Edital de convocação da eleição encontra-se afixado na sede desta Entidade e na sede dos respectivos Sindicatos de Arquitetos nos Estados da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná.

São Paulo, 27 de dezembro de 1979.

Arq. Alfredo S. Paesani — Presidente"

Esse Aviso foi publicado no DOU em 8/1/80 e, assim sendo, o registro de chapas tem o prazo máximo legal até 28/1/80.

Segundo os critérios de constituição da chapa, recomendados na reunião de Sindicatos realizada por ocasião do Congresso Nacional de Arquitetos, em Brasília, a chapa em organização está assim constituída:

Presidente	Alfredo S. Paesani
1º Vice-Presidente	Jorge O. Caron
2º Vice-Presidente	Clóvis Ilgenfritz da Silva (RS)
3º Vice-Presidente	José Maria Conde Drummond (BA)
Secretário	Antonio Claudio Moreira
Tesoureiro	Olair de Camillo
Suplente/Secretário	Rita Vaz Artigas
Suplente/Tesoureiro	Edith Gonçalves

Conselho Fiscal

Titulares	Suplentes
Eduardo Kneese de Mello	Alfred Cerveny
Jon A.V. Maitrejean	Ercio Barbujian
Héléne Affanasief	Durval Gomes

Mensagem de Natal e Ano Novo

Agradecemos e retribuímos os votos recebidos dos amigos do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Paraná, Sindicato dos Professores de São Paulo, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas, Deputado Antonio Rezk, Deputado Luiz Carlos Santos, Deputado Almir Pazzianotto Pinto, Decobrás — Luminárias, Ruy Brito e Família, Mário Chamie — Secretário Municipal de Cultura, arquiteto João de Deus Cardoso, advogada Lilian de Melo Silveira, Deputado Benedito Marcilio, Senador Orestes Quércia, arquiteto Motoi Tsubouchi, Diretoria da Confederação das Profissões Liberais, Deputado Padre Leão, Escritório de Contabilidade Arrivabene, Deputado Carlos Nelson Bueno, Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, Rhodia, Marilena Moraes Barbosa Funari — Diretora da Secretaria de Relações do Trabalho, Prodesan, Engº. Traldi — Presidente da Associação dos Engenheiros de Jundiaí, arquitetos Claudio e José Roberto — De Paschoal & Junqueira Arquitetos S/C, Miguel Arraes, Sebastião de Paula Coelho — Secretário de Relações do Trabalho.

A todos os nossos melhores votos de uma década plena de realizações .

Contribuição Sindical/80

Comunicamos que as Guias para recolhimento da Contribuição Sindical estão sendo distribuídas em conjunto com as guias de anuidade do CREA/SP, devendo os profissionais recebê-las até o final de janeiro.

Caso haja algum problema quanto ao recebimento, favor dirigir-se à Secretária do Sindicato para retirar sua Guia.

Prazo para pagamento,em qualquer Agência Bancária, sem acréscimo de juros, correção monetária e multa: 28/fevereiro.

As Guias se fazem acompanhar de circular elucidativa quanto à forma e preenchimento.

Pagar a Contribuição Sindical não representa ser sindicalizado, mas sim Contribuinte. O sindicalizado é o profissional associado da Entidade, com Ficha Proposta preenchida e aprovada pela Diretoria, procedendo então ao pagamento da anuidade social.

Anuidade Social/80

Conforme já divulgado e aprovado em Assembléia Geral realizada no mês de agosto passado, a unuidade social do SASP para 1980 será paga através de carnê, podendo ser quitada em qualquer Agência do Banco do Brasil no Estado de São Paulo.

Os carnês serão enviados pelo correio aos associados quites com a Tesouraria até o exercício de 1979.

Devido à mecânica de funcionamento do Banco e ainda devido a alguns arquitetos terem feito o pagamento de sua anuidade do ano anterior, através do Banco, mas não citando seu nome como depositante, não nos foi possível atualizar algumas fichas cadastrais.

Caso o colega tenha quitado sua anuidade de 79 e não tenha recebido o devido Recibo do SASP, ou ainda não venha a receber seu carnê para 1980, solicitamos a especial atenção de dirigir-se à Secretaria do SASP, apresentando seu comprovante de depósito bancário para regularização junto à Tesouraria.

Valor da anuidade — Cr$ 1.300,00 (para pagamento integral até 28/2/80) ou 4 parcelas de Cr$ 450,00 com vencimentos em 28/2, 15/5, 15/8, 15/11.

Os associados com registro no CREA a partir de 1978, conforme deliberação da Diretoria, pagarão 50% da anuidade, durante os dois anos subseqüentes à sua formatura. (Ex.: profissional formado no 2.º semestre de 79, da mesma forma pagará 50% em 1980 e 1981. E assim sucessivamente).

Curso sobre Materiais na Construção

Devido ao grande interesse despertado pelo curso de Materiais na Construção, promovido pelo SASP no final do ano passado, sua diretoria resolveu realizá-lo novamente de 4 a 15 e de 25 a 29 de fevereiro. Será basicamente o mesmo curso, com aulas diárias a cargo dos professores Breno Fabiani e José Mutarelli, das 19 às 21 horas. Também desta vez, o número de vagas será limitado e os interessados deverão pagar uma taxa de inscrição de 3 mil cruzeiros (sócios quites), 5 mil (sócios não quites e outros) e 9 mil (empresas com até três participantes).

O programa do curso inclui os seguintes temas: **Madeiras** — introdução, preparo, conservação, emendas, colas, proteção contra fungos, insetos, umidade, fogo, aplicações da madeira, formas, painéis; **Vidro** — introdução, processos de fabricação, vidro plano, transparência, critério de escolha e dimensionamento dos tipos de vidro e sistemas de fixação; **Ferro e Aço** — tratamento, aço no concreto armado, telas soldadas, aplicações do aço no concreto armado, galvanização, processo anticorrosivo; **Concreto** — materiais intervenientes, traços empíricos, argamassa armada, cura e vapor, concreto pré-misturado, concreto celular, concreto aparente. As aulas terão complementação audio-visual, com certificado de freqüência para quem tiver assistido a 70% da aulas.

O SASP promoveu também, no final de janeiro, um curso sobre Conceitos de Acústica Aplicados na Arquitetura, a cargo do arquiteto Garcia Pardo. O curso versou sobre Física do Som e Audiometria, o Som nos Recintos Fechados, Ruído e Acústica Ambiental, despertando grande interesse por parte dos arquitetos.

Para o curso de Materiais na Construção, as inscrições devem ser feitas na sede do SASP, rua Avanhandava 126, 11º andar, fones: 259-9297 e 259-9348.

ELEIÇÕES SASP

Neste ano, teremos Eleições Sindicais, renovando os quadros da Diretoria e Conselho Fiscal.

Alertamos que, conforme dispositivos legais, é eleitor todo associado que, na data da eleição:

I — tiver, no mínimo 18 anos de idade;
II — tiver mais de seis meses de inscrição no quadro social do Sindicato;
III — estiver há mais de dois anos no exercício da profissão;
IV — estiver no gozo dos direitos sociais conferidos pelo estatuto do Sindicato;
V — estiver no gozo dos direitos políticos;

Para exercitar o direito do voto, o eleitor deverá:

I — ter quitado a contribuição social até dez dias antes da eleição;
II — ter votado na eleição anterior, justificado a falta ou comprovado o pagamento da multa respectiva.

A agenda para as eleições ainda não está definida, devendo, entretanto, ser realizadas no mês de outubro, no máximo.

ASSINATURAS REVISTA PROJETO/CADERNOS BRASILEIROS DE ARQUITETURA

Você pode assinar a Projeto e os Cadernos também no Sindicato.

Revista Projeto (12 números)	Cr$ 350,00
Cadernos Brasileiros de Arquitetura (4 números)	Cr$ 320,00
Conjunta Projeto + Cadernos	Cr$ 600,00

Preços válidos até 29/02/80. Oferta especial.

Os participantes dos Cursos do Sindicato receberão grátis um exemplar dos Cadernos Brasileiros de Arquitetura, conforme convênio firmado com a Projeto Editores Associados.

Os associados que procederem ao pagamento integral de sua anuidade receberão uma assinatura da revista Projeto, para o ano em curso, conforme convênio firmado entre o Sindicato e a Projeto Editores Associados.

Em debate os novos desafios à profissão

Quando o tema é o mercado de trabalho é necessário que se faça uma distinção entre a atuação na Capital, nas cidades grandes do Interior e nas cidades de porte médio para pequeno, pois divergem-se também a característica das obras, a clientela e a qualidade de mão-de-obra.

Nesta, que é a primeira de uma série de matérias especiais sobre o Interior, o Jornal, *ARQUITETO/SP* reuniu profissionais que atuam em Campinas num debate sobre as dificuldades, as possibilidades atuais e perspectivas da profissão. O encontro foi na sede da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas e dele participaram os arquitetos Eduardo Homem de Mello, Antonio Costa Santos, Umberto Aveniente, Alberto Alexandre Nassralla, Amilar Falivene Alves e Claudio Leite Pinto, pelo *Arquiteto/SP*. A Coordenação foi do arquiteto Ricardo Badaró.

ARQUITETO/SP — Esta reunião, para a qual foi convidada a diretoria do Núcleo do IAB, tem o objetivo de traçar um diagnóstico sobre a atuação do arquiteto em Campinas. É certo que esse diagnóstico não vai representar uma situação isolada. Estamos todos vivendo um período de transformações políticas e principalmente econômicas, com reflexos diretos e contundentes sobre o nosso trabalho. Por outro lado, novos e enormes contigentes de profissionais passam a disputar o mercado de trabalho. Em Campinas, o número de arquitetos passou de 30 para mais de 200 num curto período de 3 anos.

Antonio Costa Santos — A Faculdade de Arquitetura de Campinas, fundada em 1974, tem um papel decisivo e de alta responsabilidade nessa realidade. Já formou duas turmas, com um total de 150 novos arquitetos, dos quais aproximadamente 50 atuarão em Campinas.

Ricardo Badaró — A FAUPUCC, por concenso de seus professores e alunos no "1º Forum de Debates", realizado em 1975, deveria voltar-se concretamente para a região. A cidade, como tema, seria estimuladora do processo de produção de conhecimento e, por sua vez, a Faculdade teria condições de participar e contribuir efetivamente nas discuções das inúmeras questões envolvidas na problemática regional. Mas foram encontradas muitas barreiras para a operacionalização desse processo. A Universidade ainda não proporcionou condições adequadas para pesquisas e as intenções de se trazer para as pranchetas da Faculdade os problemas regionais através de convênios com as entidades públicas locais não se concretizaram também pela ausência, na Prefeitura, de uma estrutura voltada para o planejamento da cidade.

Devemos considerar que para formarmos profissionais no nível desejado caberia suprimir também as graves deficiências de todo o sistema de ensino, onde se insere a universidade brasileira hoje.

Umberto Aveniente — Os recém-formados estão encontrando dificuldades enormes para iniciarem na profissão...

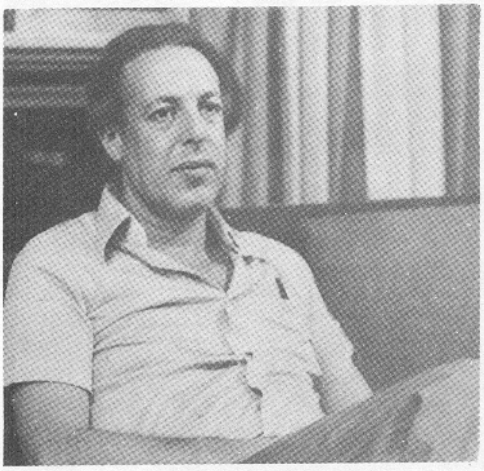
Antonio Costa Santos — Entre os colegas que atuam em Campinas, o arquiteto Umberto Aveniente foi um dos pioneiros. Ele poderá nos falar da sua experiência, fazendo uma confrontação da atuação do arquiteto entre duas épocas bastante distintas.

Aveniente — Eu fiz o curso de Arquitetura na Faculdade de Belas Artes do Rio de Janeiro. Terminei em 1947. Naquela época creio que era a concorrência com os licenciados a maior dificuldade para o exercício profissional. Para podermos atuar na profissão tínhamos, em geral, que assumir a obra toda. Não havia divisão do trabalho. Isso só começou a acontecer 15 anos depois, com o surgimento dos primeiros grandes edifícios. Não tenho dúvidas de que o arquiteto alcançou melhores posições. Contudo, quando na qualidade de assalariado, o arquiteto tem desempenhado um papel sem criatividade, praticamente irrelevante em face da grande potencialidade de seu campo profissional, e insignificante diante do que propõe o ensino da Arquitetura.

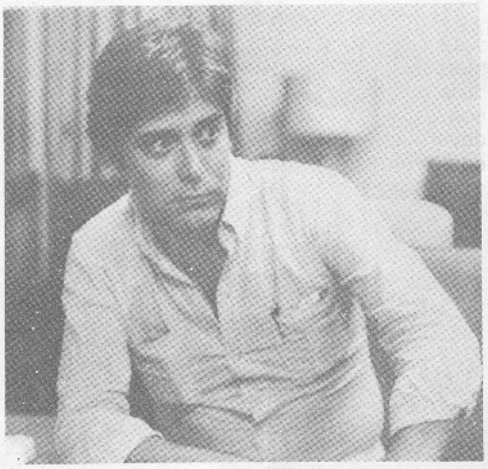
Alberto Nassralla — Esse período de transformações mencionado pelo Umberto tem o seu início situado por volta de 1953, quando Campinas tinha uma população de 30 a 40 mil habitantes. Esse período marcou uma atuação bastante efetiva dos arquitetos.

O prefeito Rui Novaes executou em Campinas projetos relevantes desenvolvidos por Prestes Maia e sua equipe. Foram alargadas as principais avenidas do centro da cidade; construíram-se importantes viadutos e também o edifício Itatiaia, projetado por Oscar Niemeyer; o aeroporto de Viracopos e a Via Anhangüera.

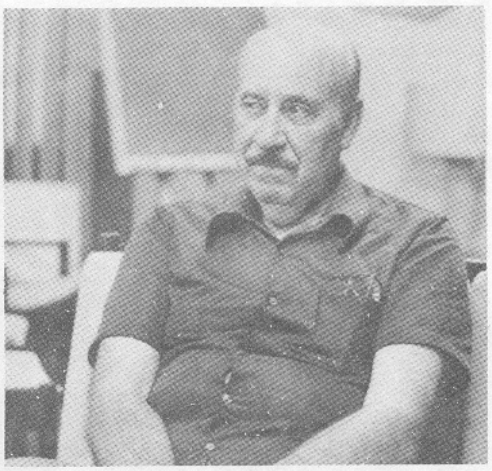
Eduardo Homem de Mello — Esse período coincidiu com a euforia do desenvolvimento indústrial em todo o País. Campinas sentiu particularmente os seus efeitos. Estávamos muito identificados com a fase desenvolvimentista em que "slogans" como "São Paulo, a cidade que mais cresce no mundo" e "São Paulo não pode parar" exerciam um fascínio tal que esmagavam qualquer atitude de contestação. O Brasil crescia sem um planejamento que coadunasse com a sua realidade. E o arquiteto, infelizmente, veio fazer parte desse processo. Mas há uma justificativa para isso: a sua formação sofria ainda muita influência da Escola Politécnica. Arquitetura não era ainda uma profissão tão abrangente no aspecto sócio-urbanístico quanto é hoje. Só há uma retomada de consciência a partir de 1968, quando o caos urbano fica constatado como resultado desse "desenvolvimento" sobre bases irreais. E, de repente, como na lei das ações e reações, Planejamento transformou-se em palavra de moda. Com base no exemplo negativo das metrópoles, o BNH e outras entidades estatais passaram a



Amilar Alves



Eduardo Homem de Mello



Umberto Aveniente

exigir dos municípios do Interior Planos Diretores como condição obrigatória para viabilizar programas de financiamentos. Acontece que quase todos esses planos vieram em forma de pacotes prontos, já que eram desenvolvidos por grandes escritórios de planejamento sediados nas capitais. Não apresentavam uma vinculação com a realidade particular de cada município. A abertura que era de se esperar para o trabalho do arquiteto não aconteceu. Continuamos perdendo área de trabalho.

"Em Campinas, o número de arquitetos passou de 30 para 200 num curto período de três anos."

Ricardo Badaró — Nessa época o Amilar era arquiteto da Prefeitura. No desenvolvimento do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado, de 1969, toda a comunidade técnica local ficou praticamente alijada de participação. Na verdade, não se estabeleceu um processo de planejamento, com participação dos vários segmentos sociais envolvidos. O plano foi um "pacote" para viabilizar alguma obras. Hoje Campinas está acéfala. Não há estrutura técnica-administrativa suficiente para organizar o seu crescimento.

Amilar — Vale complementar a observação feita pelo Eduardo. O arquiteto passou realmente a revelar uma nova postura, maior conscientização social e urbanística. Mas, de outra parte, os prefeitos procuraram também, sistematicamente, desmantelar as "máquinas técnicas" para que não houvesse prejuízo de seus interesses particulares. Isso está criando enormes dificuldades para qualquer trabalho profissional bem intencionado.

Aveniente — Essa situação se deve em parte à falta de maior representatividade da classe, à inoperância dos próprios arquitetos.

"Só há uma retomada de consciência a partir de 1968, quando o caos urbano fica constatado como resultado desse 'desenvolvimento' sobre bases irreais."

Alberto Nassralla — O arquiteto tem deixado de ganhar campo de trabalho devido à sua pouca atuação, como classe, no sentido de reclamar para si os direitos que lhes são mais legítimos. Não existiu até agora atuação efetiva sobre o poder público e seria muita ingenuidade esperar que este venha à nossa procura.

Homem de Mello — Em Campinas não existem grandes escritórios de arquitetura e os que existem não dependem do poder público. Vivem, por assim dizer, da "pulsação" das cadernetas de poupança. Isso cria limites muito estreitos no mercado de trabalho. A atuação do arquiteto está completamente vulnerável às alterações no sistema financeiro da habitação. Também concordo que para haver maior acesso às obras públicas teremos, primeiro, que fortalecer a classe com a adesão de todos e, a seguir, partir para uma atuação política mais efetiva e, sobretudo, mais realista.

"O arquiteto tem deixado de ganhar campo de trabalho devido à sua pouca atuação, como classe, no sentido de reclamar para si os direitos que lhe são mais legítimos."

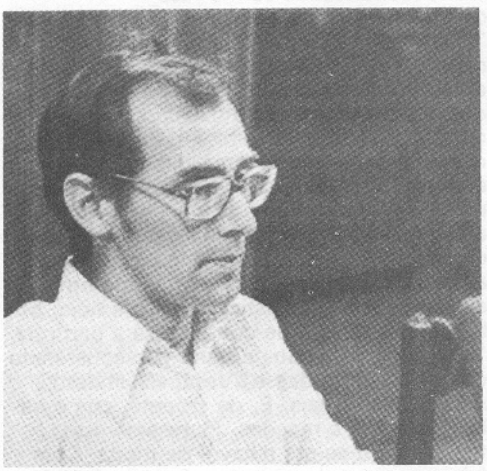
Amilar — A criação do núcleo do IAB foi um grande passo. É natural que, arregimentando tão poucos profissionais e existindo há tão pouco tempo, ainda não foi possível partir para essa atuação objetiva que todos queremos, mas sou muito otimista quanto às perspectivas do nosso núcleo.

Badaró — O que se espera em primeiro lugar é a participação geral da categoria. Precisamos da contribuição de todos os arquitetos da cidade. Precisamos discutir os problemas específicos da nossa condição de arquitetos, mas também temos responsabilidades para com a cidade. Temos que estar atentos ao seu desenvolvimento e não podemos, como entidade, nos omitir. Nossas posições devem encontrar os canais de expressão adequados para que sejam consideradas. Temos tido, sempre que necessário, o apoio da imprensa local e este ano, por exemplo, a Câmara Municipal aprovou a lei, segundo a qual a Comissão de Obras e Urbanismo da Prefeitura terá obrigatoriamente um membro arquiteto, designado pelo núcleo do IAB.

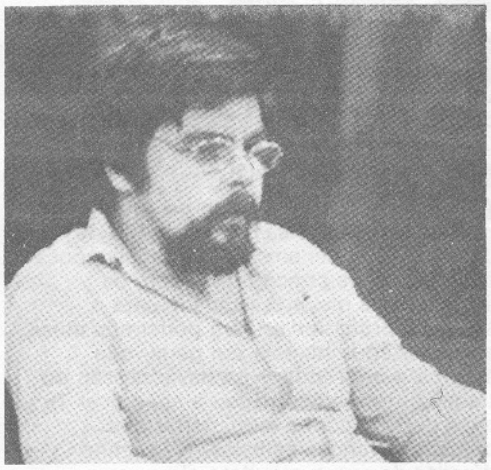
"A questão da legislação sobre abertura de novos loteamentos afeta particularmente as cidades do interior."

Arquiteto/SP — Com a centralização dos recursos através dos códigos tributários, o poder decisório também está se concentrando nos órgãos executivos de âmbito estadual e federal. Com isso, o campo de trabalho passa a ser ainda mais restrito. A Cohab, por exemplo, construiu milhares de casas sem a participação de um único arquiteto.

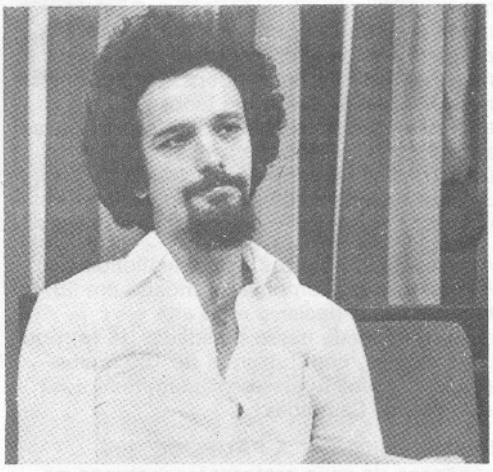
Homem de Mello — Essa situação não é da Cohab, em particular, mas pode ser



Cláudio L. Pinto



Ricardo Badaró



Antônio Costa Santos

extrapolada para todo o sistema do BNH do qual o arquiteto não participa. Na verdade, o que os arquitetos fazem é procurar trabalho no rescaldo de todo esse processo.

Amilar — E o que é pior: mesmo no rescaldo, resta ao arquiteto uma fatia muito pequena; talvez 5% do total de obras.

Badaró — É preciso lembrar que dos restantes 95%, grande parte das obras se incluía entre as prerrogativas abertas pelo Ato 6 e que agora foi revogado pela CREA.

Aveniente — Eu vejo na queda do Ato 6 uma boa possibilidade de abertura para a atuação dos recém-formados que agora poderão ter melhor acesso às obras menores nos primeiros passos da carreira.

Homem de Mello — O que vinha ocorrendo era uma situação anômala dentro de um sistema muito bem definido de economia de mercado. O alegado interesse social que se dizia resguardado pelo Ato 6 não confere com a realidade. Se há problema social, ele deverá ser resolvido pelas esferas competentes e nunca em prejuízo de uma atividade profissional.

O ato 30 não poderá vir sozinho. A classe deverá estabelecer uma estratégia política mais clara e mais ampla. Para derrubar o Atc 6, uma das alegações do CREA foi a preocupação em se garantir melhor qualidade das obras, impedindo as edificações aleatórias. O que dizer então do problema dos loteamentos? Eles representam o comprometimento mais sério no processo de crescimento da cidade. E no entanto todos os seus envolvimentos giram quase invariavelmente na esfera dos interesses políticos. É uma urgente necessidade que a classe se faça representar mais efetivamente nos processos de loteamentos.

Nasralla — A questão da legislação sobre abertura de novos loteamentos afeta particularmente as cidades do interior e têm implicações que muitas vezes estão distantes das que os colegas enfrentam nas capitais que, evidentemente, não podem senti-las da mesma forma. São maiores as responsabilidades dos núcleos na medida em que os problemas são mais específicos. Os programas de desconcentração urbana, inclusive o plano da nova capital, reclamam uma participação conjunta e efetiva de todos os núcleos porque no urbanismo há situações em que os remédios — quando existem — são caros demais.

Novo presidente do Núcleo IAB/Campinas reitera necessidade de união

O novo presidente do Núcleo do Instituto de Arquitetos do Brasil em Campinas é o arquiteto José Antonio Pinho. Durante os próximos quatro anos ele terá que conciliar mais essa atividade entre as múltiplas que já ocupa na comunidade dos arquitetos de Campinas. É o diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Católica e Coordenador dos Departamentos Técnicos da Cohab. O seu depoimento cresce em importância na medida em que, por suas atividades múltiplas no campo da arquitetura, pode analisar a atuação do arquiteto no interior sob ângulos igualmente diversificados.

"A classe precisa ser mais direta, é hora de conduzir uma política mais objetiva voltada para os reais problemas da classe", ele afirma. Como diretor da Faculdade de Arquitetura tem instado o corpo docente a ser mais técnico e objetivo no sentido de que a faculdade se traduza numa proposta concreta para a sociedade. O arquiteto Pinho reconhece que até agora esse objetivo não foi alcançado: "O campus, situado numa explêndida área verde, isolado fisicamente da cidade, se isolou também de seus problemas. A atividade acadêmica deverá ser reconduzida de modo a viver mais de perto os problemas urbanísticos e construtivos."

A nível de projetos, a criação de uma Faculdade de Arquitetura pouco modificou o quadro da atuação do profissional, constatação que só vem reforçar aquela tese. O arquiteto não pode continuar trabalhando para as classes de renda mais alta — acrescenta -, mesmo porque resta pouco para se fazer nesse campo, quando 65% da população tem renda inferior a cinco salários mínimos.

"Individualmente é impossível modificar as condições do mercado de trabalho" — acrescenta. "Estamos estudando a viabilidade de implantação de uma cooperativa de arquitetos em Campinas cuja principal função será exatamente a atuação política. Uma política sadia com a meta de abrir o mercado de trabalho que é nosso mais justo direito."

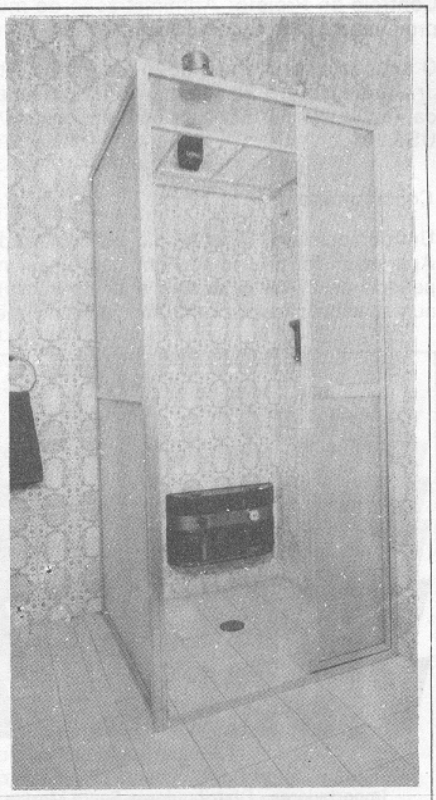
Protherm.
A sauna residencial.

Qualquer casa ou apartamento pode ter o privilégio de uma sauna Protherm.

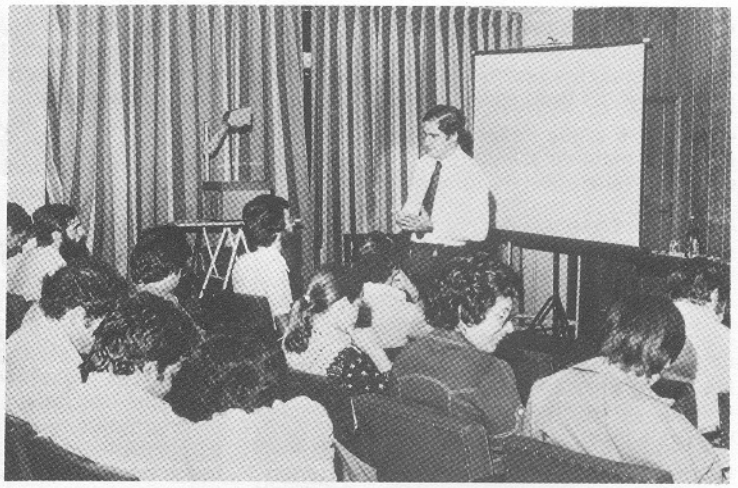
Moldada em fiberglass, possibilitando opção em diversas cores, a sauna residencial Protherm pode ser facilmente instalada no box já existente, representando a imediata valorização do imóvel a um custo mínimo.

protherm
INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA

Rua Pinheiros, 20 - 7º andar - cj. 71
Tels.: 64-1170 e 280-2457 - São Paulo



AR CONDICIONADO SEMI-CENTRAL
Residências, Apartamentos, Lojas e Escritórios
A SOLUÇÃO PARA O ARQUITETO QUE NÃO GOSTA DE VER A SUA CRIAÇÃO DESTRUIDA
Instalações em harmonia com o seu projeto no interior e na fachada
expert
AR CONDICIONADO
TEL: 577-9319



Curso dinamizam atividades da AEAC e revista Projeto

"Administração de Projetos" foi o tema do curso promovido pela Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas, e Revista Projeto na sede daquela entidade.

O programa abrangeu os seguintes itens: Organização de Projetos; Programação de Projetos (PERT/CPM); Implementação e Controle do Projeto; Administração de multi-projetos e sistema computarizados.

O expositor foi o engenheiro Orlando Cattini Jr., professor de Planejamento Empresarial da Faculdade de Ciências Econômicas da USP.

Concreto aparente

Um curso sobre "Tecnologia do Concreto Aparente" foi promovido em Campinas, no período de 27 de setembro a 22 de outubro, numa realizacão conjunta da Revista Projeto e Associação de Engenheiros e Arquitetos de Campinas.

O curso foi ministrado pelo engenheiro Hans Bucher que desde 1973 é chefe do Departamento de Cimento e Concreto da ABCP. O programa constou de fundamentos sobre a tecnologia do concreto, tecnologia da execução e patologia, além de aulas práticas com a execução de formas em madeira, fibra de vidro, borracha, poliuretano, polipropileno e outras.

Os resultados foram expressivos e motivaram o IAB de São Paulo a repetir a promoção na Capital. As aulas teóricas foram ministradas nas instalações gentilmente cedidas pela SABESP, enquanto as práticas tiveram lugar na sede da ABCP, na Cidade Universitária.

IAB - Campinas promove seminário

"Habitação e Racionalização das Construções" foi o tema do seminário promovido pelo Núcleo Regional do Instituto de Arquitetos do Brasil em colaboração com a revista Projeto. O evento foi promovido no Hotel Vila Rica em Campinas entre os dias 26 e 30 de novembro, reunindo entidades diretamente ligadas aos programas habitacionais e à tecnologia da habitação, sob o patrocínio da "Habitacional APE".

O temário e conferencistas foram os seguintes: "O BNH e a Política Habitacional" pelo economista Hugo Nittingber; "Perspectivas da Construção Industrializada no Brasil" pelo eng. Elias Correa de Camargo; "Economia em Obras e Redução de Custos" pelo eng. Maurício Melighendler; "Habitação e Tecnologia" pelo arquiteto Carlos Maffei.

Os assuntos tratados, de natureza eminentemente técnica, serão enfocados detalhadamente no número de março da revista Projeto, dedicado especialmente à habitação econômica.

VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ
VIDROLUZ

Importadores - Distribuidores Santa Marina

Espelhos a cores e oxidados
Vidros temperados para box
e instalações
Colocação de vidros em geral
Espelhos em cristal belga

VIDROLUZ
COMÉRCIO DE VIDROS LTDA.
Rua Amaral Gurgel, 459 - São Paulo
Telefones: 259-9341 e 259-5696

utilize o processo
megsa
de impermeabilização: simples
seguro
duradouro
rua venâncio ayres, 647 s. paulo 62 4600
62 2102

Técnicos pedem prazo para debater sobre a nova capital

Do debate sobre a nova Capital realizado nos dias 17, 18 e 19 de dezembro passado, no Instituto de Engenharia, e promovido por nove entidades de classe, o saldo não foi dos melhores. Resultou em algumas indagações, outras tantas constatações e num frágil documento de umas poucas linhas que afirma "a necessidade de maior prazo para uma decisão definitiva quanto à mensagem enviada pelo Governo à Assembléia Legislativa, propondo a nova política de desenvolvimento urbano do Estado de São Paulo". Segundo o documento, "esse prazo deverá ser suficiente para a organização de um amplo e necessário debate que envolva a todos os setores representativos da população do Estado".

Sobre as indagações é possível destacar aquela que ficou bem clara, apesar de não dita, quando do recuo de seis das nove entidades a favor de um possicionamento mais objetivo, ou seja, de aprovar proposta ao Governador Maluf pedindo a retirada da mensagem à Assembléia Legislativa. O consenso foi buscado e atingido. Mas então, o que se fez com a opinião da maioria? As justificativas técnicas contrárias ao projeto da nova Capital bem expressas pelos debatedores e ainda melhor apresentadas pelo trabalho do arquiteto e presidente da Associação Brasileira de Planejamento de São Paulo, Luis Carlos Costa (ver box), parece que caíram no vazio. E aqui pode-se chegar automaticamente à constatação, lembrada durante os debates, inclusive pelo ex-secretário do Planejamento, Jorge Wilheim, de que a decisão não se fundamentará nas análises técnicas, mas políticas, e enquanto política ela pressupõe o eterno jogo de interesses.

O que mais se reclama desse encontro de técnicos é um posicionamento, a princípio por muitos manifestado, concreto e proporcional ao problema em questão. O economista José Serra, por exemplo, sintetiza as conseqüências desse projeto num prognóstico ameaçador: "Este empreendimento pode, inclusive, prejudicar o atual processo de abertura política pela situação econômica gravíssima que vivemos pois comprometerá a receita pública paulista por decênios".

Bandeirantismo

Os debates, qualificados como um misto de "tragédia grega e teatro do absurdo" por um dos convidados, o sociólogo Francisco de Oliveira, foram organizados pelo Instituto de Engenharia; IAB/SP; SASP, IBP/SP, ASBEA, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, Centro de Estudos de Tecnologia e Engenharia, Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros; e pelo Instituto de Engenharia. Realizou-se no Palácio Mauá e por duas noites houve depoimentos de dois técnicos contra, dois a favor e um apresentador principal.

No dia 17, o convidado especial foi o secretário dos Negócios Metropolitanos, Mário Trindade; os depoentes a favor do projeto foram o ex-governador de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, e o ex-reitor da Unicamp, Zeferino Vaz; os que argumentaram contra foram o presidente do IBP, Luiz Carlos Costa e o economista e professor da Unicamp, José Serra.

Mário Trindade em sua exposição apresentou um resumo das razões e do caráter do projeto da Nova Capital. "O problema fundamental da Região Metropolitana e do seu entorno é o excesso de atratividade em função das decisões governamentais, dos empresários e das famílias. Este quadro gerou em 40 anos a multiplicação em 12 vezes dessa população. Chegamos em 78 a uma situação em que temos 12,5 a 13 milhões de habitantes com 53% na Região Metropolitana. Temos pela frente a ameaça da região crescer de 7 a 8% ao ano enquanto o PNB cresce 5%. A

migração para a Região é 52% oriunda do interior do estado. Essas constatações nos levaram à análise urbana, buscando estabelecer novas condições de utilização espacial do estado. Os investimentos nessa região crescem, em média, mais do que cresce a população. Que tipo de intervenção (na estrutura urbana do estado) poderíamos fazer para que o desenvolvimento se desse com equilíbrio de investimentos e crescimento populaçional?

Nos últimos 10 meses tivemos na Secretaria dos Negócios Metropolitanos 2.417 projetos de expansão de novas indústrias, o que significa 200 mil empregos. É preciso, então, redirecionar esse potencial para diferentes regiões do estado. Temos no estado três eixos principais de desenvolvimento: São Paulo/Rio, São Paulo/Ribeirão Preto, São Paulo/Bauru; e duas áreas problemáticas: Vale do Paranapanema e Vale do Ribeira."

As soluções encontradas, segundo o secretário, foram: "Buscar a distenção da Região Metropolitana e a minimização dos problemas de outras regiões (regiões administrativas e respectivas sedes); região metropolitana de equilíbrio através da criação de um novo centro de decisões políticas para o Estado. Com isto estaremos reduzindo em 20% a taxa de crescimento da Região Metropolitana e entorno nos próximos anos e diminuindo os desequilíbrios inter-regionais no estado".

Lucas Nogueira Garcez, governador de São Paulo de 1951 a 1955, começou seu depoimento lembrando que a mudança da Capital era dispositivo da Constituição Paulista votada durante seu governo. O AI-5 delegou aos governadores o poder de adaptar a Constituição Estadual à Federal e esse item desapareceu. Ele, no entanto, diz não acreditar que a mudança esvaziará a cidade de São Paulo nem resolverá os problemas urbanos. E volta um pouco no tempo para manifestar melhor sua opinião.

"A cidade de São Paulo tinha condições de vida muito melhores que hoje a começar pelo serviço de água e esgoto apesar dos esforços dos últimos anos. Em 51, tínhamos 9 milhões de habitantes no estado, em 55, 10 milhões. Dentro da área Metropolitana tínhamos 3,5 milhões de pessoas. O desenvolvimento de São Paulo era muito harmônico. Hoje, só a cidade tem mais que todo o estado na minha época. Deu-se aqui um processo de urbanização extremamente acelerado. Acho necessário mudar a Capital para que, dentro de 15, 20 anos, tenhamos melhores condições de vida."

O próximo expositor foi o arquiteto Luis Carlos Costa. Destacamos aqui suas argumentações principais já que publicamos neste número seu trabalho na íntegra. Basicamente, ele apresenta e desenvolve quatro afirmações que contradizem com as da política governamental: 1. a mudança da Capital não vai dinamizar o desenvolvimento do Interior; 2. a mudança da Capital não vai ter efeito significativo sobre o crescimento da Grande São Paulo; 3. a nova Capital nada representa para a melhoria dos padrões de urbanização do nosso Estado; 4. a nova Capital não significará aumento de eficiência do Governo.

O professor Zeferino Vaz, fundador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, apelou ao "ímpeto bandeirante" para mostrar a necessidade da nova Capital. Reclamou também de um debate mais objetivo e menos apaixonado. "Com a criação do Hospital de Clínicas de Botucatu rareou a vinda de doentes para o HC de São Paulo. Quando da mudança da Capital Federal para Brasília eram os mesmos os argumentos usadas, principalmente o de que "há coisas mais prioritárias para se fazer". O que fez JK? Cumpriu com os dispositivos da Constituição e levou o desenvolvimento para o Oeste. Onde está o ímpeto bandeirante que foi para o interior, desbravando? Ignoramos que o interior foi desprezado porque o centro das decisões está em São Paulo. Não podemos, nós da cidade, ter medo do interior. A criação da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto mudou o processo econômico e cultural da região. Fico pensando o quanto uma nova Capital mudaria. Os três poderes próximos, a 5 ou 10 quilômetros dos problemas, alteraria sua direção política e administrativa."

Nessa noite, quem encerrou o ciclo de depoimentos foi o economista José Serra. "Dos argumentos do governo dois ou três são básicos: descongestionar São Paulo; desenvolver com equilíbrio o interior do Estado; e o baixo custo do empreendimento (afinal de contas, custa barato). Está claro que a mudança da Capital não atenua os problemas da Grande São Paulo. Tóquio tinha problemas gravíssimos e não precisou deixar de ser Capital para resolver seus problemas urbanos. Os problemas da Grande São Paulo têm outra origem. E não acho que os problemas de São Paulo sejam apenas demográficos. Se chegar a 500 mil o número de habitantes da nova Capital — como é prometido no ano 2.000, isto significa o

Técnicos pedem...

crescimento da Grande São Paulo num só ano. A idéia de se criar nessa nova Capital um setor terciário para atrair os outros setores é tecnicamente obsoleta, e tem um custo altíssimo. Por que não desenvolver, solidificar a economia de cidades e regiões já desenvolvidas? Quanto ao custo, falam em 8 ou em 31 bilhões de cruzeiros. Na verdade, são 60 bilhões já que os dados são de agosto (48 bilhões). Afirmam que haverá um aumento de produtividade dos funcionários públicos com a mudança da Capital e computam aí um ganho de 15 bilhões de cruzeiros. Além de absurdo o valor, extremamente valorizado, a tendência é contrária ao que afirmam; essa eficiência tenderá a baixar. Houve no estudo apresentado pelo governo um erro técnico pois não foram contabilizados os juros do investimento, além do que, o custo fornecido não inclui hospitais, escolas, todo um conjunto de coisas que são dever do poder público. Não inclui também o custo da duplicação dos serviços do poder público que é significativo a médio prazo. O que importa quando se fala em custos é que uma massa de bens e recursos serão canalizados para esse investimento, inclusive do setor privado. Ao invés de se criar um setor terciário, parasita, por que não investir em setores já existentes de desenvolvimento no interior? O problema é da utilização alternativa de recursos. Então a motivação é política, o que é legítimo para o governador pois não há argumentação técnica. E este empreendimento pode, inclusive, prejudicar o atual processo de abertura pela situação econômica gravíssima que vivemos, pois comprometerá a receita pública paulista por decênios". José Serra concluiu dizendo ser totalmente a favor da argumentação de Luiz Carlos Costa.

Após as colocações de cada convidado, Mário Trindade ocupou o tempo final do encontro para responder a algumas críticas feitas pelos técnicos. Reiterou, em primeiro lugar, que os custos de implantação da nova Capital, a preços de agosto de 79, são de 35 bilhões de cruzeiros envolvendo investimentos repassados a terceiros. Incluiu as 30 mil casas a serem construídas até 1987 previstas pelo governo. Passou então a citar, em cifras, o quanto o estado tem investido em programas na Capital. Refutou a afirmação de José Serra quanto à criação de um setor terciário: "Quem disse que criaremos esse setor? Estamos, sim, redirecionando os investimentos hoje colocados na Grande São Paulo". Outra afirmação de Trindade foi que "A nova Capital, sozinha, não poderia dinamizar as cidades do Interior mas representará a polarização do desenvolvimento no interior".

Continuou em suas respostas dizendo: "Teme-se que São Paulo venha a agravar os desequilíbrios da Federação. Será que todo país terá hoje que ficar à espera que a providência divina venha solucionar os desequilíbrios regionais do país? Discute-se também a oportunidade difícil dentro de uma estrutura econômica mundialmente difícil. É nesta conjuntura de austeridade que temos que fazer melhor uso de nosso orçamento. É possível combater a inflação gerando empregos a custos mais baixos; é possível realimentar negativamente a inflação nas habitações, nos transportes e nos custos da construção".

Um debate absurdo?

O convidado da noite seguinte foi o ex-secretário do Planejamento, Jorge Wilheim, um crítico do projeto. Os depoentes favoráveis à mudança da Capital foram o arquiteto Julio Neves, presidente da Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura e ex-presidente do IAB/SP e o engenheiro Celson Ferrari, professor de planejamento urbano e regional da FAU. Contra o empreendimento manifestou-se o sociólogo Francisco de Oliveira, presidente da Associção dos Sociólogos do Estado de São Paulo; o outro convidado, Hugo Perez, presidente do Dieese, não compareceu ao debate.

O primeiro a falar foi Jorge Wilheim que centrou sua argumentação na inconveniência e na inoportunidade da mudança da Capital. A política de desconcentração com a criação de uma cidade nova será prejudicada pois se estimulará nessa cidade a atração de investimentos em detrimento de cidades já desenvolvidas como Bauru, Ribeirão Preto, e outras. Do ponto de vista demográfico, dos 500 mil funcionários públicos do estado, 130 mil ficarão aqui, servindo à população e mesmo com a migração em descenso, o crescimento populacional de São Paulo cobriria, em dois anos, a saída dos funcionários públicos. As indústrias também não sairão daqui e muito menos o setor de serviços, que não dependem da proximidade da cúpula administrativa. O setor de serviços será realmente o mais forte dessa nova Capital mas ao preço de esvaziar as cidades vizinhas e com o encarecimento da mão-de-obra. Também não conheço em nenhuma parte do mundo um empreendimento desse tipo autofinanciável e uma nova Capital não resolverá o problema da ineficiência e burocracia da administração. Dizem ainda que a administração funciona melhor quando isolada da pressão, ou seja, do povo. Isto

é anti-democrático. Para os empresários que fazem seus "lobbys" é fácil pegar seu avião e ir à Brasília; o povo não pode fazer o mesmo, perdendo, portanto, este legítimo direito. Há quem assim prefira. È bom lembrar que Versalhes era a sede da corte quando a Revolução Francesa estourou em Paris. Argumentam ainda que seria mais fácil se ter eleições diretas para prefeito se a Capital fosse para o interior. Isto não passa de um truque político e se o Governo Federal achar que não haverá eleições diretas nada adiantará a mudança da Capital.

"Eu estaria a favor da nova Capital se fosse provado que a longo prazo o interior seria dinamizado através dela. Mas nenhum argumento até agora me convence. A política de cidades médias com recursos do governo federal e estatal só não deu maiores resultados por terem sido investidos maciçamente em projetos rodoviários." Sobre a inoportunidade do projeto, Jorge Wilheim lembrou que "o preço dessa aventura não é apenas alto mas vai aumentando e com o tempo se paga. As cidades que nascem espontaneamente têm chance de serem autofinanciáveis pois algum fator econômico as gerou. O projeto do Governador diz que parte da receita virá do não-pagamento de aluguéis de prédios hoje necessários para o funcionamento de alguns órgãos em São Paulo e que haverá enormes ganhos de eficiência administrativa — o próximo governador terá 20% a menos com a administração, o outro 15% e o outro 10%, assim por diante. O que os faz afirmar que com a mudança da Capital diminuirão os custos administrativos? Brasília mostrou exatamente o contrário. A localização é o que menos me atrai pois num estado altamente urbanizado, não há vazios que possam vir a ser ocupados pela nova Capital. Em qualquer região que venha a se instalar, ela estará dividindo as riquezas das cidades existentes".

O ex-secretário do Planejamento concluiu dizendo que "a mudança da Capital é uma empreitada aventureira, não suficientemente debatida, nociva, inócua e inoportuna. É também um problema político, apesar dos seus aspectos técnicos".

Celson Ferrari, em sua argumentação favorável ao projeto, afirmou: "A mudança da Capital diminuiria os custos administrativos e criaria condições para uma racionalização do serviço público. Estamos vivendo um caos administrativo em São Paulo, com centenas de edifícios ocupados por órgãos públicos distantes entre si. Isto provoca falta de integração entre as obras projetadas em gabinetes e os serviços prestados. A localização excêntrica da cidade de São Paulo no Estado torna difícil o acesso dos representantes do povo. Não é o povo que tem necessidade de contato direto com o Governo. A posição da Capital é contrária ao desenvolvimento de um sadio municipalismo. Dizer-se que a mudança não é prioritária porque há problemas mais prementes é um falso argumento. A nova Capital promoveria um crescimento equilibrado no Estado e traria recursos em abundância para solucionar os problemas hoje apontados como prioritários. O objetivo principal da mudança não é resolver os problemas da atual Capital".

Francisco de Oliveira, sociólogo bastante conhecido, abre seu depoimento dizendo sentir-se preso ao teatro do absurdo. "Frente à argumentação de Jorge Wilheim o professor Ferrari nos fala de outra coisa. Afinal, de que se trata? Prefiro lembrar aos cavaleiros do Apocalipse que o fluxo migratório para São Paulo já começou a diminuir há uma década e que a descentralização industrial é um processo em marcha. É o estilo do desenvolvimento brasileiro que nos dá em São Paulo essa sensação de angústia e caos ao somar desenvolvimento e miséria. A questão da mudança da Capital está embutida falsamente: com a nova cidade não se estará desconcentrando, mas criando um novo pólo de concentração. Uma geração não pode cometer dois, três equívocos no seu tempo de vida. E já cometeu vários. Brasília estamos todos pagando até hoje através da tributação. Este será outro. Mas, de certa forma, duas afirmações de Ferrari são o código da questão: não se trata de democratizar decisões, não se trata de melhorar São Paulo. Esses dois códigos decodificam a questão colocando-a no seu devido lugar: se trata de construir uma nova cidade que não é necessária e conspira contra a rede urbana. Para nós o custo desse investimento custa pouco, pois a concentração de renda pega de nós para cima e, portanto, pouco nos afetará. Aqueles que sobreviverem 20 anos e forem contra as argumentações de Jorge Wilheim terão que girar a máquina do tempo e fazer de novo a relação entre Versalhes e Paris."

Júlio Neves, ex-presidente do IAB/SP, da Cohab e da CEF argumentou: "Há necessidade da implantação de uma política de desenvolvimento urbano e muitos problemas de São Paulo serão resolvidos com a interiorização da população migratória. Quanto mais investimentos fizermos na cidade de São Paulo — se conseguirmos uma qualidade de vida ideal aqui, como pescar lambaris no Tietê — iremos atrair mais gente para cá. É necessário deslocar cerca de 6 milhões de pessoas para o Interior. Para isso precisamos construir uma cidade em cada uma das regiões administrativas não influenciadas pela Grande São Paulo e uma outra cidade, que não bastaria ser só Capital, mas que precisaria ter um programa para atrair indústrias e dar empregos e habitação".

Técnicos pedem...

Tendo ouvido a brilhante exposição do Dr. Mário Trindade acho que podemos distinguir três elementos que merecem discussão: um diagnóstico sobre problemas de desenvolvimento do Estado; a proposta de uma estratégia para atuar sobre aqueles problemas; a proposta de um procedimento operacional para implementar a estratégia.

A nossa intervenção pretende referir-se a esses três elementos, principalmente ao segundo — o da estratégia —, tendo em vista não apenas o que hoje foi apresentado mas o conjunto do debate que há algum tempo vem se travando sobre o tema da nova Capital.

Mais exatamente, gostaríamos de recuperar certas posições de um grande número de especialistas que vêm criticando a iniciativa Governamental a fim de trazer ao debate menos uma opinião pessoal do que o consenso que acreditamos ser dominante nos meios dos profissionais de planejamento.

Quanto ao diagnóstico apresentado, queremos manifestar nossa concordância básica com a maior parte do que foi mostrado pelo Secretário, notadamente quando ele aponta como inaceitável o processo de crescente concentração territorial de populações, de atividades econômicas e da renda, ou quando se rebela contra a deterioração da qualidade de vida na região Metropolitana.

Apenas gostaríamos de observar que não nos parece tão relevante a escala e o ritmo com que o território é ocupado e estruturado, mas principalmente a maneira pela qual esse processo se dá e da qual resulta baixa qualidade de vida, destruição do meio ambiente e recursos naturais e ineficiência econômica, ineficiência que vai representar altos custos de implantação e operação das instalações urbanas que interessam ao sistema produtivo e às populações.

No entanto, quanto à estratégia proposta, há profunda discordância, que vem sendo expressa pela maior parte dos que se têm manifestado sobre a questão.

Para sermos objetivos e ao mesmo tempo estimularmos uma discussão bastante livre e democrática, eu me proponho apresentar estes pontos na forma de quatro afirmações que contradizem as da política governamental: (1) a mudança da Capital não vai dinamizar o desenvolvimento do interior; (2) a mudança da Capital não vai ter efeito significativo sobre o crescimento da Grande São Paulo; (3) a nova Capital nada representa para a melhoria dos padrões de urbanização no nosso Estado; e (4) a nova Capital não significará aumento de eficiência do governo.

A primeira afirmação é, portanto, de que a mudança da Capital, por si mesma, não vai dinamizar o desenvolvimento do interior. E avançaríamos: ao contrário, poderá prejudicá-lo. E mais, a dinamização do interior não depende da nova capital.

A respeito dessa dinamização do desenvolvimento do interior, todos sabem que ela depende fundamentalmente da ampliação da base econômica das

regiões e das cidades, que é o que gera renda e empregos de forma continuada.

Isto quer dizer fundamentalmente: dinamização da produção agrícola, sobretudo na parcela predominantemente rural do Estado, e dinamização da produção industrial, sobretudo na parcela mais urbanizada do Estado e portanto capaz de acolher as indústrias mais dinâmicas que sejam estimuladas a sair da Grande São Paulo. Isto porque será aí que se encontrarão as condições de complementariedades técnicas, mão-de-obra, infra-estrutura e facilidades urbanas que lhe são indispensáveis como apoio local.

Ora, é preciso ter claro que a atual estrutura da rede urbana do Estado não precisa ser alterada com uma cidade a mais para poder absorver estas atividades dinâmicas necessárias ao desenvolvimento do interior.

De fato, é sabido que o Estado de São Paulo apresenta a rede de cidade mais desenvolvida de todo o continente, isto é, organicamente hierarquizada e muito bem articulada por uma rede de infra-estrutura. É um sistema urbano que não cessou de se desenvolver desde que, no início da década passada, se esgotaram nos limites do Estado as frentes pioneiras (processo pelo qual a agricultura provocou a tradicional semeadura de cidades).

De lá para cá o problema real da rede urbana tem sido muito mais de se conseguir consolidar o sistema de cidades existentes e aproveitar-se plenamente o capital social que ele representa. Isto é fundamental para dar sustentação à nova etapa da evolução capitalista do país, em que as grandes empresas precisam de um contexto urbano eficiente sem o qual não se obterão alternativas reais de localização em face das vantagens da Grande São Paulo.

Valorizar a rede urbana é fundamental igualmente para se oferecer condições de vida à população trabalhadora, que depende radicalmente de serviços coletivos e condições habitacionais, cuja obtenção só será viável aproveitando-se o potencial urbano ainda ocioso nas cidades existentes.

Sem dúvida há desequilíbrios no quadro urbano do Estado, mas eles decorrem não da configuração da rede, mas da concentração social da renda que marginaliza parcelas crescentes da população e do processo interno de produção e apropriação do espaço equipado das cidades, processo que é conduzido por um setor imobiliário especulativo e predatório, e que é marcado pela ação elitista do BNH, pela impossibilidade de Prefeituras desprovidas de recursos proverem os serviços urbanos, pela incapacidade do Estado em responder a necessidades sociais da população.

Portanto, nada a alterar no elenco de núcleos urbanos, mas, ao contrário, valorizar e aproveitar ao máximo o capital constituído pelas cidades paulistas (médias, grandes e pequenas) para que recebam novas atividades.

Outro aspecto a levantar quanto à criação da nova cidade é que ao contrário de dinamizar o interior a nova capital poderá ter efeito contrário.

De fato, uma vez revelada a localização da nova capital, as demais cidades daquele quadrante menos urbanizado do Estado terão de enfrentar o risco de esvaziamento. Isto ocorrerá na medida em que população, iniciativas e os escassos recursos públicos passem a ser atraídos para o local do empreendimento e deixem de contribuir para o fortalecimento e melhoria das cidades existentes.

Por outro lado, é difícil acreditar nos alegados efeitos de irradiação (de resto, mais do que contestadas em toda a literatura sobre pólos de desenvolvimento) pois estes só poderão existir duradouramente se for instalado um complexo poderoso de atividades dinâmicas, certamente industriais. Ora, nada indica que uma sede político-administrativa tenha o poder de atrair indústrias cujos requisitos locacionais são muito melhor oferecidos pelas cidades existentes, notadamente os centros regionais do Estado.

Assim, o impacto regional positivo desta sede político-administrativa tenderá a ser restrito a uma região de influência limitada e a um período de tempo em que injeções de recursos públicos sejam feitas, principalmente para construir a cidade.

Mas, mesmo nesta região restrita que poderá ser privilegiada — ainda que seja a única privilegiada —, os efeitos negativos poderão ser dominantes, quando mais não seja pelo fato de que não se poderá controlar a migração e evitar os imensos acampamentos das populações marginais. (Pensem o que significará falar de um empreendimento mitificado numa região de subemprego e nas periferias urbanas invadidas por bóia-frias super-explorados.)

Em resumo, e por todas estas razões, temos a convicção de que a nova Capital não vai dinamizar o interior, antes, vai perturbar e atrasar o processo pelo qual esse interior possa se preparar para absorver as funções possíveis de serem deslocadas da Grande São Paulo; temos a convicção de que não será uma nova cidade — mesmo capital — que terá a virtude de dinamizar o desenvolvimento do interior.

E se são outras as medidas concretas que poderão efetivamente chegar lá, dentro de uma estratégia global mais complexa, cuja necessidade é admitida pelo próprio Secretário, proponho que se discutam então estas novas medidas.

Temos certeza que a necessidade de aproveitar a rede urbana existente, beneficiando de imediato muitas cidades, relativizará e fará desaparecer o papel desta cidade de nova mistificadora, da qual preconceituosamente se está partindo.

A segunda afirmação que colocamos a debate é que a mudança da Capital não vai ter efeito significativo sobre o crescimento e a qualidade de vida da Grande São Paulo.

HELENE AFANASIEFF
MARIA HELENA FLYNN

ARQUITETOS

PROJETOS
ESPECIFICAÇÕES/ORÇAMENTOS

RUA BENTO FREITAS, 306 S. 61 / FONE: 259-3175

ambiental
sociedade civil ltda.
consultoria e projetos de acústica
conforto térmico e iluminação

conrado silva de marco
luiz carlos chichierchio

rua dr. veiga filho, 788 - 01229 - sp - fone 825-4358.